



DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS
2022

Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A | Resultados 2022

Campina Grande, 16 de março de 2023 - A Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Borborema”, “EBO” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T22) e do exercício de 2022. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

➤ A Administração da Companhia revisou a metodologia de cálculo na apuração do fornecimento não faturado líquido, o que resultou na rerepresentação das demonstrações financeiras de 2021, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa 3.3.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



233 mil

clientes cativos



37

clientes livres



518 mil

habitantes



1.966

Km²



247

Colaboradores (*)
216 próprios e
31 terceirizados



6

municípios
Campina Grande, Lagoa Seca,
Queimadas, Fagundes,
Massaranduba e Boa Vista

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2022	2021	Acréscimo
Subestações - nº	8	8	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	185	185	-
Linhas de transmissão - km	45	45	0
Redes de distribuição - km	5.943	5.878	65
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	5.033	4.922	111
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	248	239	9

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Desempenho econômico-financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Receita operacional bruta	117,3	156,9	- 25,2	463,5	528,4	- 12,3
Receita operacional bruta sem receita de construção ⁽¹⁾	111,4	151,6	- 26,6	441,8	512,9	- 13,9
Receita operacional líquida	85,3	110,8	- 23,0	311,0	367,7	- 15,4
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	79,3	105,5	- 24,8	289,2	352,2	- 17,9
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	20,9	26,8	- 21,8	68,7	73,9	- 6,9
EBITDA	23,7	29,3	- 19,2	79,3	83,0	- 4,4
EBITDA ajustado ⁽²⁾	21,8	26,3	- 17,1	73,0	70,6	+ 3,5
Resultado financeiro	(1,6)	1,6	-	(3,0)	1,2	-
Lucro líquido	17,0	23,2	- 26,7	56,0	61,3	- 8,8
Lucro líquido ajustado ⁽³⁾	15,4	20,6	- 25,4	50,6	50,8	- 0,3
Indicadores operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	233,5	228,5	+ 2,1	233,5	228,5	+ 2,1
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁴⁾	141,7	140,8	+ 0,7	552,9	552,0	+ 0,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁴⁾	181,2	180,7	+ 0,3	706,8	703,7	+ 0,4
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	2022	2021	Var. %			
Ativo total	424,3	457,2	- 7,2			
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	49,3	59,3	- 16,8			
Patrimônio líquido	175,3	168,0	+ 4,3			
Endividamento líquido	53,3	14,0	+ 281,3			

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura. | (2) EBITDA ajustado: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (3) Lucro líquido ajustado: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (4) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. Receita operacional

No 4T22, a Companhia apresentou receita operacional bruta de R\$ 117,3 milhões, ante R\$ 156,9 milhões registrados no 4T21, redução de R\$ 39,5 milhões. A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou redução de 24,8% (R\$ 26,2 milhões) no trimestre, para R\$ 79,3 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 1,9 milhão. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T22, foi de R\$ 77,5 milhões, 24,4% (R\$ 25,1 milhões) menor do que o mesmo período de 2021. No acumulado do ano, o total foi de R\$ 282,9 milhões, redução de 16,7% (R\$ 56,8 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	84,6	113,8	- 25,6	386,9	396,9	- 2,5
✓ Residencial	45,9	59,1	- 22,5	208,8	211,4	- 1,2
✓ Industrial	6,8	9,5	- 27,7	31,3	33,0	- 5,1
✓ Comercial	20,2	27,8	- 27,4	93,1	93,2	- 0,1
✓ Rural	2,4	4,6	- 47,2	10,9	15,6	- 30,4
✓ Outras classes	9,4	12,9	- 27,2	42,8	43,7	- 2,1
(+) Suprimento de energia elétrica	1,6	3,1	- 49,6	6,4	17,6	- 63,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	4,5	4,8	- 7,4	(1,3)	6,2	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	5,1	5,5	- 7,9	21,6	18,7	+ 15,5
(+) Receita de construção de infraestrutura	6,0	5,2	+ 14,0	21,8	15,5	+ 40,0
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	7,0	14,9	- 53,3	(4,2)	35,9	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	5,5	5,4	+ 3,3	21,2	20,4	+ 4,0
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,9	3,0	- 37,5	6,3	12,5	- 49,4
(+) Outras receitas	1,3	1,2	+ 12,4	4,9	4,8	+ 3,9
(=) Receita operacional bruta	117,3	156,9	- 25,2	463,5	528,4	- 12,3
(-) Impostos sobre vendas	24,6	41,2	- 40,4	122,8	141,3	- 13,1
(-) Deduções bandeiras tarifárias	-	(0,4)	-	-	(1,8)	-
(-) Encargos setoriais	7,4	5,3	+ 39,8	29,8	21,3	+ 40,1
(=) Receita operacional líquida	85,3	110,8	- 23,0	311,0	367,7	- 15,4
(-) Receita de construção de infraestrutura	6,0	5,2	+ 14,0	21,8	15,5	+ 40,0
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	79,3	105,5	- 24,8	289,2	352,2	- 17,9

No comparativo entre os trimestres, a diminuição da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) A tarifa cobrada no 4T21 estava adicionada das bandeiras tarifárias, portanto mais alta do que a tarifa do mesmo período em 2022.
- (ii) Redução de R\$ 1,5 milhões com suprimento de energia em virtude da queda do PLD que esteve perto do piso para o 4T22, em média R\$ 55,70/MWh, ante a média de R\$ 134,63/MWh para o 4T21.

3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) e ao fornecimento não faturado, totalizaram 181,2 GWh aumento de 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No ano, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (706,8 GWh) da Companhia apresentou alta de 0,4%, em relação ao ano anterior. O mercado da distribuidora cresceu nas principais classes de consumo, em especial na residencial e comercial. A classe Residencial registrou crescimento de 3,3%, sobretudo em janeiro e maio motivada pela Resolução 901, clima e calendário maior de faturamento. A classe Comercial cresceu 0,5%, influenciada pela retomada de atividades e maior consumo em shoppings, varejistas e instituições de ensino. Por outro lado, a classe Rural recuou 30,3%, impactada principalmente pelo efeito da Resolução 901 e clima chuvoso.

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Residencial	75,8	71,9	+ 5,4	293,9	284,4	+ 3,3
Industrial	40,0	41,4	- 3,3	161,3	161,7	- 0,3
Cativo Industrial	11,6	11,9	- 2,0	45,9	47,3	- 2,9
Livre Industrial	28,4	29,5	- 3,8	115,3	114,5	+ 0,8
Comercial	40,6	41,6	- 2,4	156,9	156,2	+ 0,5
Cativo Comercial	30,3	31,2	- 2,9	119,1	118,8	+ 0,2
Livre Comercial	10,3	10,4	- 0,7	37,8	37,3	+ 1,2
Rural	4,6	6,4	- 29,2	17,5	25,1	- 30,3
Cativo Rural	4,6	6,4	- 29,2	17,5	25,1	- 30,3
Outros	0,0	0,0	-	77,2	76,3	+ 1,2
Cativo Outros	20,2	19,4	+ 4,5	76,5	76,3	+ 0,2
Livre Outros	19,5	19,4	+ 0,6	0,8	0,0	-
1 Vendas de energia no mercado cativo	0,8	0,0	-	552,9	552,0	+ 0,2
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	141,7	140,8	+ 0,7	153,9	151,8	+ 1,4
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	39,5	39,9	- 1,1	706,8	703,7	+ 0,4
4 Fornecimento não faturado	181,2	180,7	+ 0,3	-2,2	3,0	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	3,0	5,5	- 45,7	704,6	706,7	- 0,3

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o trimestre com 233.455 unidades consumidoras cativas, número 2,1% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 37 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link](#)

3.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia encerrou o trimestre com indicador de perdas totais com uma redução de 0,25 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. A Companhia segue abaixo do referencial regulatório.

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	
5,61	5,55	5,53	0,50	0,28	0,32	6,11	5,84	5,86	6,11 ●

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%)
dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	dez/21	set/22	dez/22	
45,5	45,3	45,2	4,1	2,3	2,7	49,5	47,7	47,9	+ 0,4

(1) Variação dez/22 vs set/22. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

3.3. Gestão da inadimplência

3.3.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/22	dez/21	Varição em p.p.
EBO	0,13	0,30	- 0,17

3.3.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	set/22	set/21	Varição em p. p.
EBO	98,88	98,71	+ 0,18

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A Companhia obteve um incremento de 0,27 horas no DEC e de 0,32 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Indicadores de qualidade	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/22	dez/21	Var.(%)	dez/22	dez/21	Var.(%)		
EBO	3,41	3,14	+ 8,7	2,16	1,84	+ 17,3	12,64 ●	8,37 ●

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

3.5. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
EBO	5,5	5,4	+ 3,3	21,2	20,4	+ 4,0

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 58,4 milhões no 4T22, redução de 25,8% (R\$ 20,4 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2021.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	42,7	63,8	- 33,1	168,6	226,3	- 25,5
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	32,9	55,9	- 41,2	132,2	191,8	- 31,1
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	9,8	7,9	+ 23,8	36,5	34,5	+ 5,7
2 Custos e despesas controláveis	12,7	13,0	- 2,5	40,3	42,5	- 5,2
2.1 PMSO	12,5	12,8	- 2,6	39,2	41,5	- 5,6
2.1.1 Pessoal e administradores	6,3	6,7	- 5,4	16,5	19,7	- 16,0
2.1.2 Benefício pós-emprego	0,1	0,1	+ 11,1	0,5	0,4	+ 7,2
2.1.3 Material	0,7	1,0	- 26,2	3,0	2,8	+ 7,5
2.1.4 Serviços de terceiros	4,2	4,2	- 1,1	16,6	16,1	+ 2,5
2.1.5 Outras	1,1	0,8	+ 39,1	2,6	2,5	+ 7,6
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,005	0,004	+ 25,0	0,060	0,025	+ 140,0
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	-	0,2	-	-	0,7	-
✓ Outros	1,1	0,6	+ 92,0	2,6	1,7	+ 51,4
2.2 Provisões/Reversões	0,2	0,2	+ 5,4	1,1	0,9	+ 11,8
2.2.1 Contingências	0,1	0,1	+ 64,2	0,5	(0,3)	-
2.2.2 Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	0,1	0,1	- 33,7	0,5	1,2	- 58,4
3 Demais receitas/despesas	3,1	1,9	+ 56,9	11,6	9,5	+ 21,8
3.1 Amortização e depreciação	2,8	2,6	+ 7,9	10,6	9,1	+ 15,7
3.2 Outras receitas/despesas	0,3	(0,6)	-	1,0	0,4	+ 181,0
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, s/ custo de construção de infraestrutura)	58,4	78,8	- 25,8	220,5	278,3	- 20,8
Custo de construção de infraestrutura ^(*)	6,0	5,2	+ 14,0	21,8	15,5	+ 40,0
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	64,4	84,0	- 23,4	242,2	293,8	- 17,6

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 6,4 milhões, redução de 5,1% (R\$ 0,3 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado na rubrica de remuneração e encargos sociais.

Em 2022, as despesas totalizaram R\$ 17,0 milhões, redução de 15,5% (R\$ 3,1 milhões).

✓ Despesas com materiais e serviços de terceiros

No 4T22, as despesas com materiais e serviços de terceiros atingiram R\$ 4,9 milhões, redução de 6,0% (R\$ 0,3 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) Redução de R\$ 0,2 milhão nas despesas automação e manutenção corretiva;

Em 2022, as despesas com materiais e serviços totalizaram R\$ 19,6 milhões, acréscimo de 3,3% (R\$ 0,6 milhão).

✓ **Outras despesas**

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 1,1 milhão, acréscimo de 39,1% (R\$ 0,3 milhão) comparado ao mesmo período do ano passado, principalmente em função da redução de R\$ 0,2 milhões de indenizações cíveis e fiscais que foram classificadas para contingências em Reversões/Provisões.

Em 2022, as despesas totalizaram R\$ 2,6 milhão, aumento de 7,6% (R\$ 0,2 milhão).

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

No 4T22, o indicador de perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ficou em linha na comparação com o mesmo período do ano passado.

5. Lucro líquido e EBITDA

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 17,0 milhões, redução de 26,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T22	4T21	Var. %	Var. R\$	2022	2021	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	17,0	23,2	- 26,7	(6,2)	56,0	61,3	- 8,8	(5,4)
(-) VNR	1,6	2,5	- 37,5	(0,9)	5,3	10,6	- 49,4	(5,2)
(=) Lucro líquido ajustado	15,4	20,6	- 25,4	(5,2)	50,6	50,8	- 0,3	(0,2)

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa detalhados na tabela acima, o lucro líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 15,4 milhões, R\$ 5,2 milhões menor que o mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2022, o lucro líquido ajustado seria de R\$ 50,6 milhões, redução de 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA totalizou R\$ 23,7 milhões no trimestre, redução de 19,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em 2022, a redução foi de 4,4% em relação a 2021, totalizando R\$ 79,3 milhões.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T22	4T21	Var. %	Var. R\$	2022	2021	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	23,7	29,3	- 19,2	(5,6)	79,3	83,0	- 4,4	(3,7)
(-) VNR	1,9	3,0	- 37,5	(1,1)	6,3	12,4	- 49,4	(6,2)
(=) EBITDA ajustado	21,8	26,3	- 17,1	(4,5)	73,0	70,6	+ 3,5	2,5

Desconsiderando os efeitos não recorrentes e não caixa detalhados na tabela acima, o EBITDA ajustado do trimestre seria de R\$ 21,8 milhões, R\$ 4,5 milhões menor que o mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2022, o EBITDA ajustado seria de R\$ 73,0 milhões, maior (3,5%), em relação ao mesmo período do ano anterior.

6. Estrutura de capital

6.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais em 2022, totalizou R\$ 45,3 milhões em dezembro, frente aos R\$ 72,8 milhões registrados em setembro. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) ⁽¹⁾, que apresentaram montante negativo de R\$ 4,0 milhões em dezembro, contra saldo positivo de R\$ 12,1 milhões em setembro de 2022.

Em 2022, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 53,3 milhões em dezembro, contra R\$ 33,3 milhões em setembro.

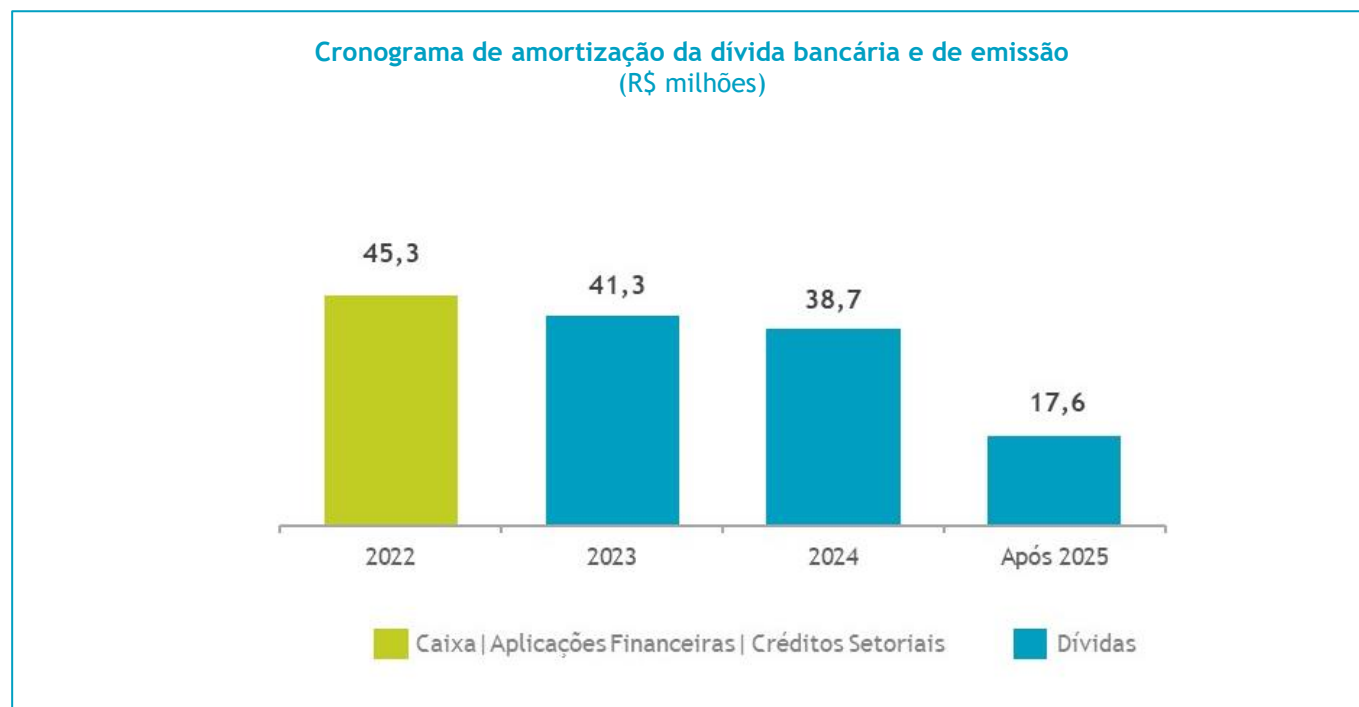
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2022	30/09/2022	31/06/2022
Circulante	47,3	53,2	52,3
Empréstimos e financiamentos	20,0	25,0	24,9
Debêntures	21,2	20,7	21,0
Encargos de dívidas	0,1	1,3	0,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	6,0	6,3	6,1
Não Circulante	51,2	52,9	51,3
Empréstimos e financiamentos	38,7	39,1	38,5
Debêntures	17,6	17,3	17,5
Benefícios pós-emprego	0,1	0,2	0,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(5,2)	(3,7)	(4,8)
Total das dívidas	98,5	106,1	103,5
(-) Disponibilidades financeiras	49,3	60,7	49,4
✓ Caixa e equivalentes de caixa -	4,7	2,9	4,1
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	44,6	57,9	45,3
Total das dívidas líquidas	49,2	45,4	54,2
(-) Créditos CDE	3,1	21,0	3,9
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	(7,2)	(8,9)	7,1
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	53,3	33,3	43,2

⁽¹⁾ Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais.

6.2 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. Investimentos

A composição dos investimentos no período foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Ativo Elétrico	4,0	4,5	- 12,3	22,1	15,7	+ 40,6
Obrigações Especiais ⁽¹⁾	1,9	0,2	+ 834,7	2,9	1,7	+ 67,8
Ativo não Elétrico	1,2	0,3	+ 232,7	2,8	0,5	+ 529,3
Total dos Investimentos	7,0	5,1	+ 37,8	27,8	17,9	+ 55,5

⁽¹⁾ As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais com base no balanço de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$13.072.503,49. Os dividendos serão pagos a partir de 29 de março de 2023.

9. Gestão de pessoas

A Energisa Borborema contabilizava um total de 247 colaboradores, sendo 216 empregados diretos e 31 parceiros contratados de terceiros. A empresa busca a evolução constante do ambiente de trabalho oferecido a seus colaboradores que são foco constante de ações para capacitação, análise de desempenho e valorização. Em 2022, o processo de avaliação de desempenho passou a se chamar Ciclo de Carreira e Desenvolvimento, com um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador.

A empresa investe no desenvolvimento profissional das equipes de campo a futuros líderes e liderança. Em 2022, foram promovidas a média de 65 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 13 horas em áreas administrativas e 9 horas em cargos gerenciais. Estes líderes participaram de um processo de formação e aprimoramento com foco nos comportamentos alinhados aos valores Energisa.

Através da ferramenta Pulses, desde 2021 são realizados levantamentos quinzenais que orientam o desenvolvimento das ações de atração e retenção, como políticas de remuneração, planejamento de carreira e benefícios. Buscando assim a garantia de um ambiente de trabalho saudável para toda a empresa.

10. Saúde e segurança

E, diante do Valor VIDA, a Energisa Borborema reafirma o seu compromisso com a prevenção e promoção à saúde integral dos seus colaboradores e dependentes, através de adoção de melhores práticas e ações diversas.

Entre os destaques, está o Programa Viva Energia, que conta com o modelo de três pilares de atuação: Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. E, por meio deles, o cronograma de ações é realizado seguinte o plano da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo principal é diagnosticar e tratar rapidamente as questões que afetam a saúde dos seus colaboradores. Os programas que fazem parte do guarda-chuva do Viva Energia são: programas de gestantes, para pacientes com doenças crônicas, para transtornos emocionais, campanha de vacinação de gripe, entre outros.

A Energisa conta, também, com uma Política de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) que abrange todos os níveis do Grupo e é a principal referência da gestão desse tema. O respeito às suas diretrizes visa garantir a conformidade com todos os requisitos legais de SSO e a construção e disseminação de iniciativas eficazes de proteção à saúde, prevenção de acidentes e procedimentos para casos de emergências

A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 5,89 (2,90 em 2021) e a taxa de gravidade passou de 50,74, em 2021, para 142,84. Em 2022 não foram registrados óbitos de empregados nem de terceiros.

11. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa Borborema. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2022, a Energisa Borborema destinou cerca de R\$ 1,1 milhão para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R\$ 67 mil, destacando-se o projeto Usina Cultural Paraíba, um espaço que atua no fomento das atividades culturais locais.

11.1 Eficiência energética

A Companhia investiu R\$ 752 mil em 2022 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 401 unidades consumidoras e permitiram economizar 377 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 157 residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. No ano de 2022, foram substituídos 80 refrigeradores ineficientes para consumidores de baixa renda e mais de 400 lâmpadas ineficientes trocadas por novas de tecnologia LED, com alto rendimento e menor impacto ambiental. Todas as lâmpadas velhas foram descartadas, após rigoroso processo de descontaminação, contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Também foram realizadas ações de efficientização em sistemas de iluminação pública.

Foi executado projeto de eficiência energética na iluminação pública do município de Campina Grande. No total, houve a substituição de 90 luminárias antigas por luminárias com tecnologia LED, com uma economia estimada de 147 MWh/ano, equivalente ao consumo mensal de 61 residências com consumo médio de 200 kW/mês.

11.2 Iniciativas socioculturais

A Energisa já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos. Um dos pilares desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação. Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Nesse sentido, a Companhia mantém a Usina Cultural Paraíba, um espaço cultural em João Pessoa/PB que atua no fomento das atividades culturais locais. Em 2022, esse espaço promoveu uma programação cultural diversa beneficiando diretamente mais de 60 mil pessoas. Além disso, em 2022, a EBO destinou, através das Leis de Incentivo à Cultura, R\$ 67 mil para uma iniciativa cultural.

11.3 Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Borborema assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

As principais iniciativas ambientais em 2022 contemplaram:

Energia: Implantação do Projeto de Consumo Consciente para ampliar a economia de energia. Inclui campanhas destinadas aos colaboradores relativas ao uso consciente, por meio de cartilhas e divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). Medidas de economia incluem funcionamento de ar-condicionado entre 7h30 e 18h, com temperatura limitada a 20°; desligamento de iluminação de fachadas, letreiros e jardins; sensores de presença em banheiros e vestiários; uso de lâmpadas LED, mais eficientes, entre outras.

Emissões atmosféricas: A EPB participa do inventário de emissões de gases efeito estufa do Grupo Energisa, realizado nos escopos 1, 2 e 3 e foi uma das empresas do grupo que participaram diretamente do processo de Certificação.

Biodiversidade: Nas construções das linhas de distribuição de alta-tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados (RAS) são elaborados estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e inspeções ambientais. Proteções são instaladas nas subestações para evitar o contato acidental de animais e consequentemente sua morte.

Água e efluentes: O Projeto de Reforma Civil em Subestações, que consiste na construção de bacia de contenção de óleo isolante e sistema separador de água óleo, tem o objetivo de mitigar a área contaminada caso ocorra vazamento de óleo nos transformadores de grande porte. Sempre que possível são usadas instalações interligadas ao sistema de esgoto da cidade.

Resíduos: Além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, a EPB possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, e promove o acondicionamento e a regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, de forma a garantir a reutilização desse material e evitar a poluição do meio ambiente. Também mantém papas-lâmpada, pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinar de forma adequada os resíduos, por meio de empresas devidamente licenciadas.

Na contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida.

Na atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores bem como o uso de redes protegidas e isoladas na construção das nossas redes.

No tocante a convênio firmamos acordo com a SBAU - Sociedade de Arborização urbana objetivando a disseminação socioambiental e a gestão da arborização no estado da Paraíba.

12. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pela prestação de serviço de exame das demonstrações financeiras da Companhia em 2022 foi de R\$ 46 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

13. Eventos subsequentes

13.1 Bandeira tarifária

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

13.2 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

13.3 Empréstimos Contratados

Em 09 de março 2023 a companhia captou junto ao Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo a importância de R\$20.000, correspondente a USD3.849 dólares americanos, com remuneração de 5,365 ao ano, com vencimento em 09 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,57% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

13.4 Aprovação de dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$ 13.072, equivalentes a R\$ R\$44,62839040827 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 17 de março de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2023.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1 Balanço patrimonial ativo

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	4.669	5.010
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	44.639	54.265
Consumidores e concessionárias	6	37.309	48.410
Estoques		1.288	1.081
Tributos a recuperar	7	20.664	24.687
Ativos financeiros setoriais	9	28.118	27.258
Despesas pagas antecipadamente		813	890
Outros créditos	10	10.946	13.132
Total do circulante		148.446	174.733
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	8.231	7.813
Tributos a recuperar	7	50.677	53.841
Créditos tributários	12	3.566	5.770
Cauções e depósitos vinculados	23	5.371	5.099
Instrumentos financeiros derivativos	31	5.165	7.922
Ativos financeiros setoriais	9	-	19.132
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	124.751	105.271
		197.761	204.848
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	8.198	6.810
Investimentos		103	79
Imobilizado	15	1.143	1.084
Intangível	16	68.638	69.680
Total do não circulante		275.843	282.501
Total do ativo		424.289	457.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2 Balanço patrimonial passivo

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	21.689	34.379
Encargos de dívidas	18	128	176
Debêntures	19	21.179	660
Empréstimos e financiamentos	18	19.975	9.949
Impostos e contribuições sociais	20	7.946	15.749
Encargos setoriais	22	3.503	3.232
Obrigações estimadas		1.102	1.510
Passivos financeiros setoriais	9	32.041	15.957
Instrumentos financeiros derivativos	31	6.023	5.090
Contribuição de iluminação pública		3.112	3.406
Benefícios pós-emprego	32	17	16
Arrendamentos operacionais		28	69
Outras contas a pagar		4.606	8.845
Total do circulante		121.349	99.038
Não circulante			
Fornecedores	17	1.404	1.206
Empréstimos e financiamentos	18	38.702	63.153
Debêntures	19	17.559	36.570
Impostos e contribuições sociais	20	4.081	3.995
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	1.090	1.377
Encargos setoriais	22	2.277	1.889
Passivos financeiros setoriais	9	3.257	3.122
Benefícios pós-emprego	32	121	145
Arrendamentos operacionais		167	182
Créditos tributários	12	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	58.774	77.508
Outras contas a pagar		219	1.023
Total do não circulante		127.651	190.170
Patrimônio líquido			
Capital social	24.1	82.902	82.902
Reservas de capital	24.2	25.881	24.738
Reservas de lucros	24.3 e 24.4	52.831	41.008
Dividendos adicionais propostos	24.5	13.072	18.801
Outros resultados abrangentes	24.6	603	577
Total do patrimônio líquido		175.289	168.026
Total do passivo e patrimônio líquido		424.289	457.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3 Demonstrações de resultados

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	25	310.977	367.709
Custo do serviço de energia elétrica	26	(168.648)	(226.333)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	26	(52.488)	(45.831)
Lucro bruto		89.841	95.545
Despesas gerais e administrativas	26	(20.113)	(21.324)
Outras receitas	27	640	900
Outras despesas	27	(1.629)	(1.252)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		68.739	73.869
Receitas financeiras	28	18.369	17.660
Despesas financeiras	28	(21.415)	(16.488)
Despesas financeiras líquidas		(3.046)	1.172
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		65.693	75.041
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(26.134)	(7.090)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	16.394	(6.620)
Lucro líquido do exercício		55.953	61.331
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	29	190,97	209,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4 Demonstração do resultado abrangente

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		55.953	61.331
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	24.6	26	(103)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		55.979	61.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital				Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Remuneração de imobilizações em curso	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivos fiscais-reinvestimento	Outras reservas de capital	Reserva legal	Redução de imposto de renda				
Saldos em 01 de janeiro de 2021	82.532	104	23.994	370	334	9.752	19.906	20.687	-	680	158.359
Aumento de capital com reserva se incentivo fiscal, conforme AGOE de 29/0	24.5	370	-	(370)	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(20.687)	-	-	(20.687)
Programa de remuneração variável - ILP	24.2	-	-	-	306	-	-	-	-	-	306
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	61.331	-	61.331
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	24.4	-	-	-	-	-	11.350	-	(11.350)	-	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	-	(31.180)	-	(31.180)
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	-	18.801	(18.801)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos											
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-	(155)	(155)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-	52	52
Saldos em 31 de dezembro de 2021	82.902	104	23.994	-	640	9.752	31.256	18.801	-	577	168.026
Incentivo fiscal-reinvestimento	-	-	-	1.113	-	-	-	-	-	-	1.113
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(18.801)	-	-	(18.801)
Programa de remuneração variável - ILP	24.2	-	-	-	30	-	-	-	-	-	30
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	55.953	-	55.953
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	24.4	-	-	-	-	-	11.823	-	(11.823)	-	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	-	(31.058)	-	(31.058)
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	-	13.072	(13.072)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos											
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-	39	39
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-	(13)	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	82.902	104	23.994	1.113	670	9.752	43.079	13.072	-	603	175.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6 Demonstração do valor adicionado

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	25	441.782	514.707
Outras receitas	27	640	900
Receitas relativas a construção de ativos próprios	25 e 28	21.866	15.610
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	26	(513)	(1.234)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		185.007	248.841
Materiais e serviços de terceiros		19.831	18.668
Outros custos operacionais		26.112	19.121
		230.950	286.630
Valor adicionado bruto		232.825	243.353
Amortização e depreciação	26	10.581	9.144
Valor adicionado líquido		222.244	234.209
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	28	19.265	18.521
Valor adicionado total a distribuir:		241.509	252.730
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		8.369	11.970
Benefícios		5.118	4.531
FGTS		929	939
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		28.632	31.175
Estaduais		90.851	104.659
Municipais		265	250
Obrigações Intra-setoriais		29.782	21.257
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	28	21.526	16.560
Aluguéis		84	58
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	24.5	31.058	31.180
Dividendos adicionais propostos	24.5	13.072	18.801
Lucro do exercício		-	-
Reserva de lucros - redução de imposto de renda	24.4	11.823	11.350
		241.509	252.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7 Demonstração dos fluxos de caixa

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

		2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	29	55.953	61.331
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	9.740	13.710
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		(1.163)	5.350
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(6.297)	(12.450)
Amortização e Depreciação	26	10.581	9.144
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	26	513	1.234
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	527	731
Marcação a Mercado da dívida	28	(1.609)	(915)
Marcação a Mercado Derivativos	28	1.552	2.163
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	8.060	(3.807)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	27	909	291
Programa de remuneração variável - ILP	11	91	306
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição de consumidores e concessionárias		9.549	904
(Aumento) diminuição de estoques		(207)	66
(Aumento) de tributos a recuperar		(798)	(1.051)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(272)	(1.461)
Diminuição (aumento) de despesas pagas antecipadamente		77	(274)
(Aumento) de ativo financeiro setorial		(173)	(29.354)
Recebimentos Despacho - CONTA COVID		-	-
Diminuição (aumento) de outros créditos		727	(5.275)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) de fornecedores		(12.440)	(3.892)
Aumento de impostos e contribuições sociais		10.369	13.288
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.081)	(4.911)
(Diminuição) aumento de obrigações estimadas		(408)	212
Aumento (diminuição) de passivo financeiro setorial		11.132	(6.531)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	23	(804)	(1.026)
(Diminuição) de outras contas a pagar		(4.160)	(383)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		81.368	37.400
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		16.498	48.505
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	(24.906)	(15.413)
Alienação de bens do ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14, 15 e 16	629	614
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		(7.779)	33.706
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	18 e 19	-	39.900
Pagamentos de empréstimos- principal	18 e 19	(10.000)	(52.620)
Pagamentos de empréstimos- juros	18 e 19	(7.270)	(8.729)
Pagamento por liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		(6.640)	(1.188)
Pagamentos de dividendos	24.5	(49.859)	(54.020)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(161)	(199)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de Financiamentos		(73.930)	(76.856)
Varição líquida do caixa		(341)	(5.750)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	5.010	10.760
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	4.669	5.010
Varição líquida do caixa		(341)	(5.750)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8 Balanço social

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENRGIA S.A.						
CNPJ Nº 08.826.596/0001-95						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2022						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2022			2021		
Receita líquida (RL)	310.977			367.709		
Resultado operacional (RO)	65.693			75.041		
Folha de pagamento bruta (FPB)	14.913			16.792		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.742	18,39%	0,88%	2.506	14,92%	0,68%
Encargos sociais compulsórios	1.981	13,28%	0,64%	3.626	21,59%	0,99%
Previdência privada	461	3,09%	0,15%	430	2,56%	0,12%
Saúde	1.168	7,83%	0,38%	1.100	6,55%	0,30%
Segurança e saúde no trabalho	903	6,06%	0,29%	498	2,97%	0,14%
Educação	12	0,08%	0,00%	15	0,09%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	30	0,20%	0,01%	91	0,54%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	454	3,04%	0,15%	411	2,45%	0,11%
Participação nos lucros ou resultados	2.743	18,39%	0,88%	2.883	17,17%	0,78%
Outros	752	5,04%	0,24%	564	3,36%	0,15%
Total - Indicadores sociais internos	11.246	75,40%	3,62%	12.124	72,20%	3,29%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	34	0,05%	0,01%	68	0,09%	0,02%
Cultura	491	0,75%	0,16%	326	0,43%	0,09%
Esporte	11	0,02%	0,00%	10	0,01%	0,00%
Outros	120	0,18%	0,04%	72	0,10%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	656	1,00%	0,21%	476	0,63%	0,13%
Tributos (excluídos encargos sociais)	117.767	179,27%	37,87%	132.458	176,51%	36,02%
Total - Indicadores sociais externos	118.423	180,27%	38,08%	132.934	177,14%	36,15%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	5.842	8,89%	1,88%	5.219	6,95%	1,42%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	486	0,74%	0,16%	469	0,62%	0,13%
Total dos investimentos em meio ambiente	6.328	9,63%	2,04%	5.688	7,57%	1,55%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2022			2021		
Nº de empregados(as) ao final do período	216			204		
Nº de admissões durante o período	10			6		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	31			74		
Nº de estagiários(as)	1			4		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	47			44		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	21			22		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,00%			25,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	102			92		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	25,00%			50,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	9			8		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania	2022			Metas 2023		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	55,37			55,37		
Número total de acidentes de trabalho	-			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 34.114	no Procon 77	na Justiça 274	na empresa 34.114	no Procon 73	na Justiça 376
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,95%	no Procon 100%	na Justiça 24,24%	na empresa 98,7%	no Procon 100%	na Justiça 35%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2022: 241.509			Em 2021: 252.730		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	62% governo 18% acionistas 8% colaboradores(as) 9% terceiros 5% retido			62% governo 20% acionistas 7% colaboradores(as) 7% terceiros 4% retido		
7 - Outras Informações	2022			2021		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	753			445		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	282			6		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	1.035			451		

Notas Explicativas

Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EBO”) - é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S.A., e possui sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Sua concessão abrange os municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, atendendo 233.493 consumidores de 6 municípios.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 04 de fevereiro de 2000, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 04 de dezembro de 2030. O contrato de concessão foi homologado junto à ANELL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei nº 12.783/2013.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações das posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes aos reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentados nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, e 25, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 31.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente
- IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível;
- VII. Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- VIII. Nota explicativa nº 26 - Custos e despesas operacionais (energia elétrica comprada para revenda);
- IX. Nota explicativa nº 31- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa nº 32 - Benefícios pós emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera

equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienações de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº 31.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pelas Companhias para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2022, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo

existentes são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em *Swap*, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início de *hedge* e de maneira continuada, a Companhia e documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 31, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*).

Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “*hedge*”.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do *item* protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “*hedge*”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPELCD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, que estabelece e determina para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13.

- g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão (“ICPC 01”), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;
- h. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável;
- j. Arrendamentos** - os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.
- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.
- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;
- k. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados nas obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

I. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução a valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução a valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas, que por sua vez, são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2022 e 2021, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- m. **Empréstimos e financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- n. **Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 31;

- o. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros.

A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- p. Incentivos fiscais SUDENE e de reinvestimentos** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de lucros - Reservas de incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 12);
- q. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- r. Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- s. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- a. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada,

receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição.

A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controles dos mesmos.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração.

A receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. As receitas com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários;

- t. **Benefícios pós emprego:** a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de Benefício Definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de Benefício Definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de Contribuição Definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- u. **Demais ativos e passivos** (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09 / CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é

apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IAS 37	Contrato Oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IRFS´s 2018-20220	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29,	1º de janeiro de 2022

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração, incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 06 municípios no Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	4.669	5.010
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	4.669	5.010

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundo de renda fixa, letra financeira do tesouro (LFT), CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 102,7% do CDI (119,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário (CDB's)	4	34
Fundo de Investimento ⁽¹⁾	962	151
Fundo de investimentos exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB's)	-	831
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	827	37
Compromissadas	713	-
Fundo Multimercado	530	78
Fundo de Renda Fixa	35.273	24.618
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	2.259	9.946
Letra Financeira (LF)	69	3.197
Letra Financeira (LFS)	2.831	9
Letra Financeira (LTN)	41	149
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	1.073	15.137
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	57	78
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽³⁾ - circulante	44.639	54.265

(1) **Fundos de Investimentos** - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -31,4% a 98,4% (58,0% a 94,5% em 2021) e média ponderada 13,0% (90,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

(2) **Fundo de investimentos exclusivos** - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, LFS, NTNB, NTNF são remuneradas 108,1% (107,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 101,2% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, (113,5% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo FI Energisa 117,3% (63,5% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Zona da Mata e 127,80% (83,8% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Cataguases.

(3) Inclui R\$335 (R\$185 em 2021) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor.

	2022	2021
Depósito judicial credores	20	49
Conselho Consumidor	315	136
Total	335	185

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽³⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2022	2021
Valores correntes									
Residencial	5.313	-	5.876	509	265	6	(780)	11.189	13.596
Industrial	1.834	-	134	15	18	40	(40)	2.001	2.730
Comercial	3.430	-	1.330	142	21	254	(276)	4.901	6.363
Rural	373	-	350	47	86	-	-	856	1.359
Poder público	1.608	-	8	-	2	-	-	1.618	2.085
Iluminação pública	1.037	-	-	-	-	-	-	1.037	1.651
Serviço público	424	-	-	-	-	-	-	424	609
Fornecimento não faturado	13.304	-	-	-	-	-	(5)	13.299	14.595
Arrecadação Processo Classificação	(409)	-	-	-	-	-	-	(409)	(298)
Valores renegociados:									

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD (3)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2022	2021
Residencial	435	1.605	303	104	97	842	(1.381)	2.005	2.548
Industrial	99	490	36	19	30	491	(804)	361	1.093
Comercial	355	6.871	191	96	159	1.926	(3.650)	5.948	4.539
Rural	38	199	32	13	41	130	(249)	204	346
Poder público	4	-	-	-	-	-	-	4	19
Iluminação pública	15	44	-	-	-	-	-	59	112
Serviço público	1	-	-	-	-	-	-	1	-
(-) Ajuste a valor presente (1)	(21)	(1.971)	-	-	-	-	-	(1.992)	(1.371)
Subtotal -clientes	27.840	7.238	8.260	945	719	3.689	(7.185)	41.506	49.976
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	110	-	-	-	-	-	-	110	3.097
Outros (4)	521	-	-	-	-	3.429	(26)	3.924	3.150
Total	28.471	7.238	8.260	945	719	7.118	(7.211)	45.540	56.223
Circulante								37.309	48.410
Não Circulante								8.231	7.813

(1) **Ajuste a valor presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente utilizou-se para 31 de dezembro de 2022 a taxa selic 13,65% (8,76% em 2021).

(2) **Suprimento de Energia** - inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, como segue:

Composição do saldo da CCEE	2022	2021
Créditos a vencer	110	3.097
Sub-total créditos CCEE	110	3.097
(-) Aquisições de energia na CCEE	(1.487)	(2.229)
(-) Encargos de serviços do sistema	(40)	(10.911)
Total (débitos) CCEE	(1.417)	(10.043)

(3) **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD)** - constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	7.755	7.146
Provisões líquidas constituídas no exercício	513	1.234
Baixas de contas de energia elétrica - incobráveis	(1.040)	(625)
Saldo em 2022 e 2021	7.228	7.755
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	7.211	7.738
Outros créditos- nota explicativa nº 10	17	17

(4) **Outros** - a Companhia possui também R\$1.910 (R\$1.840 em 2021) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.363	3.488
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.005	1.925

Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	2.855	2.552
Contribuições ao Pis e a Cofins	562	1.844
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins ⁽¹⁾	59.545	68.711
Outros	11	8
Total	71.341	78.528
Circulante	20.664	24.687
Não circulante	50.677	53.841

(1) Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil dos créditos na ordem de R\$59.545 (R\$68.711 em 2021), e de obrigações de R\$58.774 (R\$77.508 em 2021) nota explicativa nº 21, oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 03 de Junho de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$5.418 (R\$2.781 em 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 23 de fevereiro de 2021. Em 18 de maio de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de Pis/Pasep e Cofins, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$14.584.

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

8.1. Reajuste tarifário:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.008, de 01 de fevereiro de 2022, e Nota Técnica nº 07/2020-SGT/ANEEL, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 04 de fevereiro de 2022, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi uma redução de 9,72%.

8.2. Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 02 de fevereiro de 2021 o resultado da quinta revisão tarifaria da Companhia foi aprovado pela ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.832, e Nota Técnica nº 86/2018-SGT/ANEEL, em vigor a partir de 04 de fevereiro de 2021. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 5,21%.

A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Revisão Tarifária Extraordinária

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.060 e Nota Técnica nº 107/2022-SGT-SFF/ANEEL, aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da em conformidade com o disposto na Lei nº 14.385, de 27 de junho de 2022, que trata da devolução, aos consumidores, de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS / COFINS, a vigorar a partir de 13 de julho de 2022.

No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, já foi aplicado o valor compensado. Assim, neste RTE foi considerado os valores referentes aos 12 meses futuros, com os seguintes impactos na tarifa:

Efeito Médio RTE's	Alta tensão (AT)	Baixa tensão (BT)
-5,26%	-5,02%	-5,34%

Créditos de PIS/COFINS (RTA)	Créditos de PIS/COFINS (RTE)	Total
9.427	17.375	26.802

8.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/Kwh	R\$/Kwh REH 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/Kwh Resolução nº 03/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/Kwh (2) REH 3.051/2022 ⁽³⁾
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,8
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022;

⁽²⁾ A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;

⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051/2022, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2022	2021
Janeiro	Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez Hídrica	Amarela
Março	Escassez Hídrica	Amarela
Abril	Escassez Hídrica/Verde	Amarela
Maio	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Escassez hídrica
Outubro	Verde	Escassez Hídrica
Novembro	Verde	Escassez Hídrica
Dezembro	Verde	Escassez Hídrica

Bandeira Escassez Hídrica

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Ofício Circular nº 6/2022-DR/ANEEL, de 11 de abril de 2022.

8.4. Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorou por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício de 2021 foram apurados R\$3.559 em bônus de redução voluntária do consumo repassados aos consumidores, durante o período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui R\$22 a receber registrado em outros créditos no ativo circulante e R\$63 como obrigação de repasse aos consumidores registrado em outros passivos no passivo circulante.

8.5. Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação:

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se alinhada.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

- 1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
- 2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedade, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência; e
- 3) Em agosto de 2022, a Diretoria da Aneel, através do Despacho 2.168/2022, acatou os pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020 e revisou os montantes de involuntariedade das distribuidoras para os anos de 2016 e 2017.

Após a publicação do Despacho nº 2.168 a Administração atualizou as suas estimativas e quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referentes à sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2022, proporcionalizando um saldo ativa de R\$17.105 (R\$16.400 em 2021).

Os valores reconhecidos no exercício contabilizados na receita bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização foi de R\$705 e R\$49 de atualização financeira devedora, registrado no resultado financeiro.

9. Ativos e Passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldos em 2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	935	5.081	(9.170)	(152)	4.253	947	947	-	947	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	24	309	(267)	3	(42)	27	27	-	27	-
Encargo de Serviços de Sistema ESS ⁽²⁾	24.877	(1.913)	(12.978)	167	(8.833)	1.320	1.320	-	1.320	-
Transporte de energia elétrica rede básica	660	(104)	(929)	9	458	94	94	-	94	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	643	1.001	(537)	16	(1.068)	55	55	-	55	-
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽⁸⁾	0	(12.643)	-	-	12.643	-	-	-	-	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	-	(150)	833	(11)	(756)	-84	(84)	-	(84)	-
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	16.400	(12)	7.442	(28)	(24.558)	(756)	(756)	-	(756)	-
Exposição de submercados ⁽⁵⁾	2.143	(28)	(1.797)	13	(150)	181	181	-	181	-
CUSD	96	(87)	270	(3)	(304)	(28)	(28)	-	(28)	-
Garantias Financeiras	568	127	(479)	6	(174)	48	48	-	48	-
Outros Financeiros ⁽⁹⁾	-	(791)	27.112	-	(2)	26.319	26.319	-	26.319	-
Saldo a Compensar ⁽⁶⁾	44	(165)	48	(1)	69	(5)	(5)	-	(5)	-
Total Ativo	46.390	(9.375)	9.548	19	(18.464)	28.118	28.118	-	28.118	-

Passivo financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldos em 2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	1.504	3.782	(1.359)	39	4.253	8.219	-	8.219	7.461	758
Encargo de Serviços de Sistema ESS ⁽²⁾	134	16.085	(121)	271	(8.833)	7.536	-	7.536	6.840	696
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	-	12	(3)	(42)	(33)	-	(33)	(30)	(3)
Transporte de energia elétrica rede básica	-	(3.345)	22	(35)	458	(2.900)	-	(2.900)	(2.632)	(268)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12	(756)	(11)	(160)	(1.068)	(1.983)	-	(1.983)	(1.800)	(183)

Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽⁹⁾	0	(12.642)	-	-	12.643	1	-	1	1	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da parcela A ⁽³⁾	881	(508)	(36)	(13)	(756)	(432)	-	(432)	(392)	(40)
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	14.392	(2.875)	(36)	(770)	(24.558)	(13.847)	-	(13.847)	(12.569)	(1.278)
Exposição de submercados ⁽⁵⁾	-	(5)	174	1	(150)	20	-	20	18	2
Saldo a Compensar ⁽⁶⁾	-	(273)	9	(2)	69	(197)	-	(197)	(179)	(18)
Garantias Financeiras ⁽⁸⁾	-	(488)	41	(42)	(174)	(663)	-	(663)	(602)	(61)
Devoluções Tarifárias ⁽⁷⁾	1.724	1.234	-	325	-	3.283	-	3.283	2.980	303
CUSD	224	(297)	87	(4)	(304)	(294)	-	(294)	(267)	(27)
Outros Financeiros ⁽¹⁰⁾	208	36.401	(19)	-	(2)	36.588	-	36.588	33.212	3.376
Total Passivo	19.079	36.313	(1.237)	(393)	(18.464)	35.298	-	35.298	32.041	3.257
Saldo líquido	27.311	(45.688)	10.785	412	-	(7.180)	28.118	(35.298)	(3.923)	(3.257)

⁽¹⁾ **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

⁽²⁾ **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.;

⁽³⁾ **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;

⁽⁴⁾ **Sobrecontratação de energia:** as distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;

⁽⁵⁾ **Exposição de submercados:** representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre Submercados;

⁽⁶⁾ **Saldo a compensar (CVA do ciclo anterior)-** Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

⁽⁷⁾ **Devoluções Tarifárias:** referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), iniciado a partir de agosto/2016, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP);

⁽⁸⁾ **Garantias financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004;

⁽⁹⁾ **Bandeiras tarifárias CCRBT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

Os valores repassados pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias em 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$6.677 (R\$1.827 em 2021);

⁽¹⁰⁾ **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc;

Crédito do PIS e COFINS - no processo tarifário de 2022, foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente as ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, que em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. No Reajuste Tarifário Anual da Companhia, a ANEEL reconheceu o montante de R\$ 26.802, sendo considerados 1/12 deste valor a cada mês compensando a redução tarifária, tendo compensado até dezembro de 2022 o valor de R\$ 2.858.

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Nos termos do inciso I do art.4º, da Lei nº 14.182, decide: (i) fixar os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022 foi de R\$ 9.599. Conforme Despacho 1.959/2022.

Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE - a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$3.809, dos quais R\$1.220 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e R\$2.589 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

10. Outros créditos

	2022	2021
Subvenção - Baixa Renda ⁽¹⁾	2.655	2.255
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	2.491	1.974
Outras ordens em curso	32	9
Adiantamentos	141	556
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	492	1.468
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ⁽¹⁾	22	3.559
Créditos de terceiros - Alienação de bens e direitos	2.633	2.012
Outros ⁽³⁾	2.480	1.299
Total - circulante	10.946	13.132

⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 8.5.

⁽¹⁾ **Subvenção Baixa renda** - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se a provisões de novembro e dezembro de 2022, com estimativas de recebimentos para o próximo trimestre, após validação da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2022	2021
Saldo inicial - circulante - 2021 e 2020	2.255	2.113
Subvenção Baixa Renda	14.913	13.115
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(14.513)	(12.973)
Saldo final - circulante - 2022 e 2021	2.655	2.255

⁽²⁾ **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020 - circulante	1.468	(1.172)
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	6.266	7.259
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(7.242)	(4.619)
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	492	1.468

⁽³⁾ **Outros** - inclui, R\$1.875, referente incentivo fiscal de reinvestimento, constituído no exercício de 2021, aguardando homologação da Sudene, R\$17 (R\$17 em 2021) de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e outros.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A; ⁽¹⁾	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A; e	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração Distribuída
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A; e	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A.	EGCS-RP2	Parque Solar
Rede Energia Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTe	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A; e	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A.	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviço
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

⁽¹⁾ Energisa Minas Rio - Distribuição de Energia S/A ("EMR") (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuição de Energia S/A ("EMG")), que incorporou em 30 de novembro de 2022 a companhia Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("ENF").

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Compartilhamento ⁽⁵⁾	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo)	Comissão aval e debêntures (despesas financeiras) ⁽⁶⁾	Saldo a pagar	Saldo a pagar aval e debêntures - outras contas a pagar ⁽⁶⁾	Saldo a pagar - Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/A ⁽¹⁾	(7.485)	(902)	-	(2.675)	(2.266)	(18.116)	-
MULTIENERGISA ⁽²⁾	(625)	-	-	-	(101)	-	-
ESOL ⁽³⁾	(45)	-	-	-	-	-	-
EPB ⁽⁴⁾	-	(989)	(10.963)	-	(145)	-	-
ECOM	-	(26)	-	-	(4)	-	-
ESE	-	(4)	-	-	1	-	-
ETO	-	23	-	-	7	-	-
EMT	-	(65)	-	-	6	-	-
EMS	-	(211)	-	-	(23)	-	-
ESS	-	(11)	-	-	-	-	-
EAC	-	(7)	-	-	(2)	-	-
ERO	-	-	-	-	2	-	-
EMR	-	(688)	-	-	(87)	-	-
EGO I ⁽⁵⁾	-	-	(24)	-	-	-	-
EPA I ⁽⁵⁾	-	-	(24)	-	-	-	-
EPA II ⁽⁵⁾	-	-	(15)	-	-	-	-
EAM ⁽⁵⁾	-	-	(3)	-	-	-	-
EPTE ⁽⁵⁾	-	-	(1)	-	-	-	-
LMTE ⁽⁵⁾	-	-	(40)	-	-	-	-
LXTE ⁽⁵⁾	-	-	(48)	-	-	-	-
LTTE ⁽⁵⁾	-	-	(16)	-	-	-	-
2022	(8.155)	(2.880)	(11.134)	(2.675)	(2.612)	(18.116)	(2)
2021	(6.300)	(3.904)	(10.585)	(3.648)	(1.466)	(17.137)	(4)

⁽¹⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares - Contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$ 12.845, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

⁽²⁾ Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

⁽³⁾ Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;

⁽⁴⁾ Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado;

⁽⁵⁾ Refere-se ao custo do transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão. Os contratos têm vigência até 2025;

⁽⁶⁾ A Companhia efetuou a 5ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2022 o valor atualizado é de R\$18.042 (R\$17.103 em 2021). Os custos do contrato de comissão de aval, refere-se as garantias da controladora, iniciados em fevereiro de 2013, sobre contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2022 monta em R\$74 (R\$34 em 2021).

Remuneração dos administradores

	2022	2021
Remuneração anual (1)	1.707	1.835

Remuneração dos membros do Conselho de Administração	378	495
Remuneração da Diretoria	635	587
Outros Benefícios (2)	624	829

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2022.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$22 e R\$2 (R\$20 e R\$2 em 2021), respectivamente. A remuneração média no exercício foi de R\$8 (R\$7 em 2021).

Programa de Remuneração Variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

Este plano, oferecido aos executivos, tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP ⁽¹⁾	2º programa ILP ⁽¹⁾	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	6.940	5.748	4.094	4.257	7.023
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data do início vesting	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco ⁽²⁾	8,20%	7,70%	5,26%	7,88%	12,55%
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI com prazo de vencimento	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025
Volatilidade ⁽³⁾	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$34,95
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

1) Em 13 de maio de 2021 e 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º e 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montantes foram de R\$171 representativo de 3.639 Units e R\$162 representativo de 3.683 Units, respectivamente, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.

2) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício de 2022, foram reconhecidos R\$92 (R\$370 em 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de

Ações na demonstração do resultado do exercício, na rubrica despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2022 é de R\$670 (R\$640 em 2021)).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2022	2021
Ativo - Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	11.716	12.081
Contribuição social sobre o lucro líquido	4.218	4.349
Total - não circulante	15.934	16.430
Passivo - Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	9.094	7.838
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.274	2.822
Total - não circulante	12.368	10.660
Total líquido - ativo não circulante	3.566	5.770

As diferenças temporárias são como segue:

	2022		2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo				
Créditos fiscais - ágio ⁽¹⁾	24.339	8.275	27.390	9.313
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	7.260	2.468	6.711	2.282
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	7.228	2.458	7.755	2.637
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.090	371	1.377	468
Ajustes a valor presente	1.992	677	1.371	466
Outras adições/exclusões temporárias	4.097	1.393	3.719	1.264
Marcação a mercado da dívida	(2.524)	(858)	(915)	(311)
Marcação a mercado - derivativos	858	292	(2.832)	(963)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(33.854)	(11.510)	(27.605)	(9.386)
Total - ativo não circulante	10.486	3.566	16.971	5.770

⁽¹⁾ O benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2023	1.266
2024	1.019
2025	1.528
2026	1.738
2027	1.899
2028	4.025
2029 a 2030	4.459
Total	15.934

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados são demonstrados como segue:

Alíquota efetiva	2022	2021
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	65.693	75.041

Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(22.336)	(25.514)
Ajustes:		
Créditos sobre Incentivos fiscais - SUDENE ⁽¹⁾	11.151	11.350
Créditos diferidos de períodos anteriores	(6)	(7)
Incentivos fiscais - Pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	563	367
Incentivos fiscais - Reinvestimento ⁽³⁾	671	-
Outros incentivos fiscais e despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.) ⁽⁴⁾	217	94
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (*)	(9.740)	(13.710)
Alíquota efetiva	14,83%	18,27%

(*) O Resultado antes dos tributos sobre o lucro e Imposto de renda e contribuição social em 2021 foram rerepresentados conforme nota explicativa 3.3.

(1) Em novembro de 2019, a SUDENE aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais da Companhia, para o período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028, através do Laudo Constitutivo nº 0122/2019 - Ofício 3.982/2019 (SUDENE), emitido em 28 de novembro de 2019.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

(2) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

(3) Trata-se da parcela de 30% do Imposto de Renda, para ser reinvestidos em seus projetos instalados na área de atuação da SUDENE, para o desenvolvimento regional.

(4) Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores a restituir do passivo, que em 31 de dezembro compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais como valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$6.297 (R\$12.450 em 2021).

Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2022	2021
Ativo financeiro valor justo - 2021 e 2020	105.271	83.806
Adições no exercício ⁽¹⁾	13.516	9.309
Baixas no exercício	(333)	(294)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	6.297	12.450
Ativo financeiro valor justo - 2022 e 2021	124.751	105.271

⁽¹⁾ Refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo Contratual - Infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 2022
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	7.926	24.985	(7.827)	(15.006)	10.078
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	1.116	2.852	(598)	(1.490)	1.880
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	6.810	22.133	(7.229)	(13.516)	8.198

	Saldos em 2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	8.307	16.643	(6.528)	(10.496)	7.926
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	1.183	1.700	(580)	(1.187)	1.116
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	7.124	14.943	(5.948)	(9.309)	6.810

⁽¹⁾ O montante de R\$7.229 (R\$5.948 em 2021) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão.

⁽²⁾ As baixas no montante de R\$13.516 (R\$9.309 em 2021) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

15. Imobilizado

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2022
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	14,80%	3.145	-	443	-	3.588
Veículos	14,29%	116	-	-	-	116
Móveis e utensílios	6,25%	508	-	2	-	510

Total do imobilizado em serviço	3.769	-	445	-	4.214
Depreciação acumulada					
Máquinas e Equipamentos	(2.466)	-	-	(192)	(2.658)
Veículos	(56)	-	-	(16)	(72)
Móveis e utensílios	(367)	-	-	(21)	(388)
Total Depreciação acumulada	(2.889)	-	-	(229)	(3.118)
Subtotal Imobilizado	880	-	445	(229)	1.096
Imobilizado em curso	204	479	(636)	-	47
Total do Imobilizado	1.084	479	(191)	(229)	1.143

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2021
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Máquinas e Equipamentos	15,27%	2.902	-	243	-	3.145
Veículos	14,29%	116	-	-	-	116
Móveis e utensílios	6,25%	500	-	8	-	508
Total do imobilizado em serviço		3.518	-	251	-	3.769
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos		(2.283)	-	-	(183)	(2.466)
Veículos		(40)	-	-	(16)	(56)
Móveis e utensílios		(346)	-	-	(21)	(367)
Total Depreciação acumulada		(2.669)	-	-	(220)	(2.889)
Subtotal Imobilizado		849	-	251	(220)	880
Imobilizado em curso		5	450	(251)	-	204
Total do Imobilizado		854	450	-	(220)	1.084

16. Intangível

	2022	2021
Intangível - contrato de concessão	64.424	67.241
Intangível - direito de uso	177	240
Intangível - software	4.037	2.199
Total	68.638	69.680

16.1 Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2022
Intangível Em Serviço						
Custo						
Amortização Acumulada	4,12%	202.039	7.827	(1.734)	-	208.132
Subtotal		(123.857)	-	1.438	(11.121)	(133.540)
Subtotal		78.182	7.827	(296)	(11.121)	74.592
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo						
Amortização Acumulada	3,92%	58.828	598	-	-	59.426
Subtotal		(47.887)	-	-	(1.371)	(49.258)
Subtotal		10.941	598	-	(1.371)	10.168
Total do intangível - contrato de concessão		67.241	7.229	(296)	(9.750)	64.424

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2021
Intangível Em Serviço						
Custo						
	4,08%	197.219	6.528	(1.708)	-	202.039

Amortização Acumulada		(114.815)	-	1.388	(10.430)	(123.857)
Subtotal		82.404	6.528	(320)	(10.430)	78.182
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,93%	58.248	580	-	-	58.828
Amortização Acumulada		(45.761)	-	-	(2.126)	(47.887)
Subtotal		12.487	580	-	(2.126)	10.941
Total do intangível - contrato de concessão		69.917	5.948	(320)	(8.304)	67.241

- (1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.
- (2) As baixas no montante de R\$296 (R\$320 em 2021), contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$167 (R\$142 em 2021).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,12% (4,08% em 2021).

Obrigações vinculadas à concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são como segue:

	2022	2021
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	48.819	45.966
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	22.215	22.215
Reserva para reversão ⁽³⁾	5	6
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	4.353	4.353
(-) Amortização acumulada	(49.258)	(47.887)
Total	26.134	24.653
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	14.086	12.596
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	1.880	1.116
Intangível - contrato de concessão	10.168	10.941
Total	26.134	24.653

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.
- (2) Incluir a participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

16.2 Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	9,00%	700	-	700
Amortização Acumulada		(460)	(63)	(523)
Total do Intangível - direito de uso		240	(63)	177

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - direito de uso - Imóveis							
Custo	16,43%	1.028	219	19	(566)	-	700
Amortização Acumulada		(326)	-	(19)	-	(115)	(460)
Total do Intangível - direito de uso		702	219	-	(566)	(115)	240

16.3 Intangível - software

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	11.165	-	1.107	-	12.272
Amortização Acumulada		(9.782)	-	-	(706)	(10.488)
Em curso		816	2.353	(916)	-	2.253
Total do Intangível - software		2.199	2.353	191	(706)	4.037

(1) O montante de R\$191 refere-se às reclassificações para o imobilizado

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	10.893	-	272	-	11.165
Amortização Acumulada		(9.135)	-	-	(647)	(9.782)
Em curso		292	796	(272)	-	816
Total do Intangível - software		2.050	796	-	(647)	2.199

17. Fornecedores

	2022	2021
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	1.487	2.229
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	13.098	15.318
Operador Nacional do Sistema Elétrico - nos ⁽¹⁾	1.998	1.615
Encargos de conexão ⁽¹⁾	43	58
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽¹⁾	1.398	1.247
Encargos do Serviço do Sistema ⁽³⁾	40	10.911
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	5.029	4.207
Total	23.093	35.585
Circulante	21.689	34.379
Não circulante	1.404	1.206

(1) **Compra de energia elétrica e encargos do uso da rede elétrica** - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que esteve perto do piso nos meses de novembro-dezembro/22 comparado com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

- (3) **Encargos de serviços do sistema** - a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.
- (1) **Materiais, serviços e outros** - refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2022
Mensuradas ao custo amortizado						
Moeda Nacional						
Pós Fixado						
CDI	30.147	(10.000)	(3.640)	3.597	-	20.104
(-) Custos com captação	(77)	-	-	51	-	(26)
Total ao custo amortizado	30.070	(10.000)	(3.640)	3.648	-	20.078
Mensurados ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	44.123	-	(748)	(2.124)	-	41.251
Marcação a mercado	(915)	-	-	-	(1.609)	(2.524)
Total ao valor justo	43.208	-	(748)	(2.124)	(1.609)	38.727
Total	73.278	(10.000)	(4.388)	1.524	(1.609)	58.805
Circulante	10.125					20.103
Não circulante	63.153					38.702

	Saldo em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2021
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pré Fixado								
Pré Fixado	955	-	(953)	(11)	9	-	-	-
Pós Fixado								
CDI	84.267	-	(51.667)	(6.937)	4.484	-	-	30.147
(-) Custos com captação	(20)	-	-	-	43	(100)	-	(77)
Total ao custo amortizado	85.202	-	(52.620)	(6.948)	4.536	(100)	-	30.070
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	-	40.000	-	(408)	4.531	-	-	44.123
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	(915)	(915)
Total ao valor justo	-	40.000	-	(408)	4.531	-	(915)	43.208
Total	85.202	40.000	(52.620)	(7.356)	9.067	(100)	(915)	73.278
Circulante	74.636							10.125
Não circulante	10.566							63.153

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾	Garantias ⁽²⁾
	2022	2021					
Nota Taxa Flutuante FNR - Santander (3)	-	10.088	CDI + 0.80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de nov/21	13,19%	A

Safra CCB 001660031	20.104	20.059	CDI + 1.80% a.a.	jun/23	Final	14,19%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(26)	(77)					
Total em Moeda Nacional	20.078	30.070					
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021 ^(3 e 5)	41.251	44.123	USD + 1.52% a.a.	jun/24	Final	-4,98%	A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽³⁾	(2.524)	(915)					
Total em Moeda Estrangeira	38.727	43.208					
Total Energisa Borborema	58.805	73.278					

- (1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedge* cambial, demonstrados na nota explicativa nº 31. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.
- (2) A = Aval Energisa S.A.
- (3) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de *swap* cambial e instrumento financeiro derivativo (nota explicativa nº 31);
- (4) Em 31 de dezembro de 2022, estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "*hedge*" de valor justo ou pela designação como "*Fair Value Option*" (nota explicativa nº 31);
- (5) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo.

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
-----------------------	------------------	---------------

Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Para os financiamentos Scotiabank 4131, o limite é de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual
----------------------------------	--	--------------------

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 31). Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas;

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2022	2021
US\$ x R\$	-6,50%	7,39%
CDI	12,39%	4,42%
IPCA	5,78%	10,06%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2022
2024	38.702
Total	38.702

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado				
CDI	20.574	(2.109)	2.599	21.064
IPCA	17.103	(773)	1.711	18.041
Custos com captação	(447)	-	80	(367)
Total ao custo amortizado	37.230	(2.882)	4.390	38.738
Circulante	660			21.179

Não circulante 36.570 17.559

	Saldos em 2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado				
CDI	20.212	(698)	1.060	20.574
IPCA	15.389	(675)	2.389	17.103
Custos com captação	(527)	-	80	(447)
Total ao custo amortizado	35.074	(1.373)	3.529	37.230
Circulante	251			660
Não circulante	34.823			36.570

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias
	2022	2021							
Debentures 4ª Emissão	21.063	20.574	15/02/2020	20000 / 20000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	13,34%	A
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	2.069	1.961	11/10/2020	1720 / 1720	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	10,01%	SG
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	15.973	15.142	11/10/2020	1328 / 1328	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	10,25%	SG
Custo de captação incorrido na contratação	(367)	(447)							
Total	38.738	37.230							

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 31). Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2022
2027	2.002
Após 2027	15.557
Total	17.559

20. Impostos e contribuições sociais

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	8.469	13.196
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	383	1.288
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	259	1.608
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.868	2.707
Encargos sociais	762	745
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	56	39
Impostos Sobre Serviços - ISS	121	118

Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	103	38
Outros	6	5
Total	12.027	19.744
Circulante	7.946	15.749
Não circulante	4.081	3.995

⁽¹⁾ Inclui R\$1.910 (R\$1.840 em 2021) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 6).

21. Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

Em junho de 2019, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo de R\$59.545 (R\$68.711 em 2021) e no passivo não circulante de R\$58.774 (R\$77.508 em 2021), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima referidos, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

A Aneel poderá determinar a antecipação da destinação do crédito (no processo tarifário) ao requerimento à RFB, desde que haja anuência da distribuidora de energia elétrica quanto ao valor a ser antecipado e seja a distribuidora de energia elétrica restituída da remuneração referente ao valor antecipado.

A remuneração da antecipação será definida pela Aneel mediante revisão tarifária extraordinária com vistas a efetuar exclusivamente a destinação referente às decisões judiciais anteriores à entrada em vigor da nova Lei e

aplicar-se às distribuidoras de energia elétrica cujos últimos processos tarifários tenham sido homologados a partir de janeiro de 2022.

O resumo dos impactos são como segue:

	2022	2021
Passivo		
Saldos em 2021 - passivo não circulante	77.508	71.193
Valores a serem repassados aos Consumidores - Novos Entrantes	-	3.327
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	5.459	3.154
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(249)	(166)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores ⁽¹⁾	(23.944)	-
Saldos em 2022 e 2021 - passivo não circulante	58.774	77.508

⁽¹⁾ Conforme nota explicativa nº 8, foi incorporado em sua tarifa de energia elétrica cerca de R\$23.944 referentes aos créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS.

22. Encargos setoriais

	2022	2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	431	431
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽¹⁾	101	142
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	51	71
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	338	486
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	1.817	1.621
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	3.042	2.370
Total	5.780	5.121
Circulante	3.503	3.232
Não circulante	2.277	1.889

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa Outros créditos - ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

23. Provisões para riscos trabalhista, cível e fiscal

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal

23.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos

e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020 - não circulante	392	975	10	1.377	1.572
Constituições de Provisões	-	1.024	-	1.024	1.069
Reversões de provisões	(52)	(435)	(10)	(497)	(328)
Pagamentos realizados	(167)	(637)	-	(804)	(1.026)
Atualização monetária	(13)	3	-	(10)	90
Saldos em 2022 e 2021- não circulante	160	930	-	1.090	1.377
Cauções e depósitos vinculados ⁽¹⁾				(267)	(258)

(1) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$5.371 (R\$5.099 em 2021). Deste total, R\$5.104 (R\$4.841 em 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

Trabalhistas

A maioria dessas ações discutem horas extras e seus reflexos.

Cíveis

Os processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por acidente com lesão e danos morais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos e queima de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

23.2. Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, civil e fiscal em andamento, na condição de réu, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das causas com perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	870	3.062	16.601	20.533	28.478
Novos processos	-	75	-	75	3.091
Mudança de prognósticos e valor pedido	(12)	(874)	29.742	28.856	(9.871)
Encerramento	(450)	(869)	(6.501)	(7.820)	(2.631)
Atualização Monetária	43	126	1.356	1.525	1.466
Saldos em 2022 e 2021	451	1.520	41.198	43.169	20.533

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas, referem-se aos seguintes objetos: horas extras, plano de saúde e doença ocupacional.

Cíveis

Ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, (iii) por irregularidades nos aparelhos de medição, (iv) variações de tensão elétrica e (v) falta momentânea de energia.

Fiscais

Ações de natureza fiscal, contemplam discussões sobre: (i) exigência de ICMS decorrente da glosa de créditos; e (ii) imposto de renda e contribuição social decorrente da glosa de despesas.

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$82.902 (R\$82.902 em 2021) e está representado por 292.919 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 540 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

24.2. Reserva de capital

	2022	2021
Reserva especial de ágio ⁽¹⁾	23.994	23.994
Remuneração de imobilizações	104	104
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽²⁾	670	640
Incentivos fiscais-reinvestimento ⁽³⁾	1.113	-
Total	25.881	24.738

⁽¹⁾ Reserva especial de ágio - constituída em face da incorporação da controladora, conforme mencionado na nota explicativa nº12, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia a medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem.

⁽²⁾ Programa de remuneração variável - ILP - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 11).

⁽³⁾ Incentivos fiscais de Reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo o reinvestimento correspondente a

30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDENE à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDENE, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDENE, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação. No exercício de 2022 foi constituído R\$1.113, deduzidos diretamente da reserva de lucros de incentivos fiscais.

24.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

24.4. Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda)

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 206/2012, Ofício SUDENE nº 2.021 de 19/12/2012, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos, com aprovação em AGO/AGE; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou R\$11.151 (R\$11.350 em 2021) de redução de imposto de renda e adicionais.

24.5. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	55.953	61.331
Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais (imposto de renda)	(11.823)	(11.350)
Lucro líquido ajustado	44.130	49.981
Dividendos obrigatórios (25%)	11.033	12.495
. Valores pagos em 31 de maio de 2022 - R\$27,9495486124 (Valores pagos em 26 de maio de 2021 - R\$29,9612325933) por ação ordinária ⁽¹⁾	8.187	8.776
. Valores pagos em 23 de agosto de 2022 - R\$31,9987289318 (Valores pagos em 26 de agosto de 2021 - R\$33,7611092486) por ação ordinária ⁽¹⁾	9.373	9.889
. Valores pagos em 25 de novembro de - R\$46,0812033360 (Valores pagos em 10 de dezembro de 2021 - R\$42,72577391700) por ação ordinária ⁽¹⁾	13.498	12.515
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$44,628390408 (R\$64,1837141325 em 2021) por ação ordinária ⁽²⁾	13.072	18.801
Total dos dividendos	44.130	49.981
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 12 de maio, 11 de agosto, e 10 de novembro de 2022, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022, respectivamente.

⁽²⁾ Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

24.6. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras.

Segue movimentação nos exercícios:

	2022	2021
Saldo em 2020 e 2021	577	680
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	39	(155)

Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego

(13)

52

Saldo em 2022 e 2021

603

577

25. Receita operacional

	2022			2021		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	205.514	293.879	208.829	195.847	284.399	211.360
Industrial	552	45.926	31.319	547	47.279	32.993
Comercial	15.928	119.141	93.064	15.727	118.845	93.200
Rural	9.756	17.528	10.891	14.759	25.132	15.646
Poder público	1.522	30.572	21.712	1.496	27.759	20.004
Iluminação pública	76	32.835	15.008	76	35.654	17.688
Serviço público	83	12.656	6.044	82	12.663	5.999
Consumo próprio	24	408	-	15	233	-
Subtotal	233.455	552.945	386.867	228.549	551.964	396.890
Suprimento de energia a concessionárias	1	26.039	6.403	1	29.628	17.587
Fornecimento não faturado líquido	-	(2.177)	(1.291)	-	2.974	6.230
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	37	-	21.618	32	-	18.713
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-	-	-	-	(3.559)
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	-	-	-	-	-	3.559
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	21.755	-	-	15.538
Penalidades Regulatórias	-	-	(87)	-	-	(61)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	-	-	-	(3.327)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	-	-	-	3.327
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	6.297	-	-	12.450
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	(4.226)	-	-	35.885
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	21.179	-	-	20.374
Outras receitas operacionais	-	-	5.022	-	-	4.812
Total - receita operacional bruta	233.493	576.807	463.537	228.582	584.566	528.418
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	90.637	-	-	104.431
PIS	-	-	5.692	-	-	6.534
COFINS	-	-	26.219	-	-	30.097
ISS	-	-	229	-	-	216
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT ⁽²⁾	-	-	-	-	-	(1.827)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.127	-	-	1.359
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	282	-	-	340
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	26.539	-	-	17.485
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	564	-	-	680
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	564	-	-	680
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	282	-	-	340
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	425	-	-	374
Total - deduções da receita operacional	-	-	152.560	-	-	160.709
Total - receita operacional líquida	233.493	576.807	310.977	228.582	584.566	367.709

⁽¹⁾ A receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

26. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	132.163	-	-	-	132.163	191.821
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	36.485	-	-	-	36.485	34.512
Pessoal e administradores	-	11.071	-	5.378	16.449	19.327
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	92	92	370
Benefícios pós emprego	-	214	-	247	461	430
Material	-	2.766	7	236	3.009	2.799
Serviços de terceiros	-	6.108	-	10.448	16.556	16.148
Depreciação e amortização ⁽¹⁾	-	9.594	-	987	10.581	9.144
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	-	513	-	-	513	1.234
Reversão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	537	537	(295)
Custo de construção	-	-	21.755	-	21.755	15.538
Outras	-	460	-	2.188	2.648	2.460
Total	168.648	30.726	21.762	20.113	241.249	293.488

- 1) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$167 (R\$142 em 2021).

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH ⁽¹⁾		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Energia de leilão	417.839	348.263	88.470	83.646
Energia bilateral	7.818	89.177	2.987	33.423
Cotas de Angra REN 530/12	24.216	27.572	8.307	6.768
Energia de curto prazo - CCEE ⁽¹⁾	2.334	1.191	6.028	47.208
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	168.841	164.662	22.691	32.109
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	13.054	13.364	8.962	5.615
Energia de reserva - ERR	-	-	8.357	2.140
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(13.639)	(19.088)
Total	634.102	644.229	132.163	191.821

⁽¹⁾ Informações fora do escopo dos auditores independentes.

⁽²⁾ Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e encargos de energia de reserva.

27. Outros resultados

	2022	2021
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	553	875
Outras	87	25
	640	900
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(1.462)	(1.166)
Outros	(167)	(86)
	(1.629)	(1.252)
Total	(989)	(352)

28. Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	6.872	4.376
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	5.913	6.585
Juros ativos financeiros setoriais	19	4.184
Juros Selic s/ impostos a recuperar	463	83
Tributos s/ receitas financeiras	(896)	(861)
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	5.418	2.781
Outras receitas financeiras	580	512
Total receita financeira	18.369	17.660
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(7.818)	(6.822)
Variação monetária e cambial	1.904	(5.774)
(-) Transferência para ordens em curso	111	72
Marcação a mercado da dívida	1.609	915
Marcação a mercado derivativos	(1.552)	(2.163)
Instrumentos financeiros derivativos	(8.060)	3.807
Atualização de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	10	(100)
Ajuste valor presente ativo	(629)	(1.017)
Juros passivos financeiros setoriais	393	82
Despesas bancárias	(841)	(812)
Comissão de aval	(963)	(1.261)
Multas e juros s/ tributos e contribuições	(12)	(145)
Efeitos da redução do ICMS - PIS/COFINS	(5.459)	(3.154)
Outras despesas financeiras	(108)	(116)
Total despesa financeira	(21.415)	(16.488)
Receitas financeiras líquidas	(3.046)	1.172

29. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	55.953	61.331
Média ponderada das ações	293	293
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ ⁽¹⁾	190,97	209,32

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

30. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2022	2021
Seguro de Proteção de Dados e responsabilidade Cibernética	25/08/2023	25.000	18	-
Risco Operacional	22/12/2023	90.000	107	74
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2023	90.000	56	47
Auto - Frota	23/10/2023	Até R\$ 1.110/ veículo	16	7

Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/01/2024	12.572	37	37
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	5	5
Transporte Nacional	04/04/2023	Até R\$5.000 / viagem	-	1
			239	171

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foram de R\$6.297 (R\$12.450 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		4.669	4.669	5.010	5.010
Consumidores e concessionárias		45.540	45.540	56.223	56.223
Ativos financeiros setoriais		28.118	28.118	43.390	43.390
		78.327	78.327	104.623	104.623
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	44.639	44.639	54.265	54.265
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	124.751	124.751	105.271	105.271
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.165	5.165	7.922	7.922
		174.555	174.555	167.458	167.458

PASSIVO	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		23.093	23.093	35.585	35.585
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		97.543	97.991	110.508	110.451
Arrendamentos operacionais		195	195	251	251
Passivos financeiros setoriais		35.298	35.298	19.079	19.079
		156.129	156.577	165.423	165.366
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	6.023	6.023	5.090	5.090

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio,

visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge* accounting. Em 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$46.877 (R\$68.342 em 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2022, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 2022 o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$1.609 (R\$915 em 2021) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “*swap*” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício são:

	2022	2021
Dívida ⁽¹⁾	97.543	110.580
Caixa e equivalente de caixa	(4.669)	(5.010)
Dívida líquida	92.874	105.570
Patrimônio líquido	175.289	168.026
Índice de endividamento líquido	0,53	0,63

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		21.689	-	-	-	1.404	23.093
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	15,46%	43.545	691	39.989	4.238	22.108	110.571
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.146	2.877	(4.814)	(351)	-	858
Total		68.380	3.568	35.175	3.887	23.512	134.522

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias, são como segue:

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa	5.1	4.669	5.010
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	44.639	54.265
Consumidores e concessionárias	6	45.540	56.223
Ativos financeiros setoriais	9	28.118	43.390
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	124.751	105.271

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com queda de 6,50% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,2177/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 2022 era de 16,00%, enquanto em 2021 foi de 10,79%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, excluído os efeitos dos custos a apropriar, em 31 de dezembro de 2022 de R\$97.936 (R\$111.032 em 2021), R\$38.727 estão representados em moeda estrangeira.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custos e vencimentos conforme apresentado na nota explicativa nº18.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2022
Ativo não circulante	5.165
Passivo circulante	6.023

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de *hedge* e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	National (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	7.901	USD + 1,78%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option

Operação	National (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
JP Morgan X EAC	13.938	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bofa X EAC	1.835	IPCA + 4,22%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “Fair Value Option”, vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida designada para “Fair Value Option”	40.000	40.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(38.725)	(43.207)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	38.725	43.207
Swap Cambial (Derivativo)	40.000	40.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(40.207)	(40.149)
			Posição Líquida Swap	(1.482)	3.058
			Posição Líquida Dívida + Swap	(40.207)	(40.149)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros e taxa pré-fixada dos empréstimos como *hedge* de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida (Objeto de Hedge)	15.773	15.773	Taxa Pré-Fixada	-	-
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	16.903	15.863
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	15.773	15.773	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(16.279)	(16.089)
			Posição Líquida Swap	624	(226)
			Posição Líquida Dívida + Swap	624	(226)

O valor justo dos derivativos contratados, pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo, conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial em 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(40.000)		(33.491)	(41.545)	(49.599)
Variação Dívida	-		6.509	(1.545)	(9.599)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	38.725	Alta do Dólar	32.216	40.270	48.324
Variação - USD e LIBOR			(6.509)	1.545	9.599
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(40.207)		(40.207)	(40.207)	(40.207)
Subtotal	(1.482)		(7.991)	63	8.117
Total Líquido	(41.482)		(41.482)	(41.482)	(41.482)

- (1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2022, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$41.482, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente positivo de R\$41.482 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas em 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(15.773)		(15.773)	(15.773)	(15.773)
Variação Dívida					
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	16.903		16.903	16.903	16.903
Variação - Taxa de Juros		Alta do CDI	-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(16.279)		(16.279)	(16.922)	(17.556)
Variação - CDI + TJLP			-	(643)	(1.277)

Subtotal	624	624	(19)	(653)
Total Líquido	(15.149)	(15.149)	(15.792)	(16.426)

- (1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	44.639	Alta CDI	5.468	6.835	8.202
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(40.207)	Alta CDI	(4.925)	(6.156)	(7.388)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(41.167)	Alta CDI	(5.043)	(6.304)	(7.565)
	(18.042)	Alta IPCA	(1.043)	(1.304)	(1.565)
Subtotal (2)	<u>(99.416)</u>		<u>(11.011)</u>	<u>(13.764)</u>	<u>(16.518)</u>
Total -perdas (2)	<u>(54.777)</u>	-	<u>(5.543)</u>	<u>(6.929)</u>	<u>(8.316)</u>

- (1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2023 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2022, IPCA 5,78% ao ano.

- (2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$1.480.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

32. Benefícios pós emprego

32.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de 2 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, do Plano Borborema de modalidade Benefício Definido (BD) e do Plano Energisa de modalidade Contribuição Definida, ambos administrados pela ENERGISAPREV, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes.

a. Plano de Benefícios Borborema (BD)

É um plano na modalidade de benefícios definido que passou a ser administrado pela EnergisaPrev a partir de abril de 2018, mediante Portaria Autorizativa PREVIC nº 1.138 de 11/12/2017, e está fechado para novas inscrições. Este plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

O Plano assegura:

I. aos participantes:

- Complementação de Aposentadoria Normal;
- Complementação de Aposentadoria Antecipada;
- Complementação de Aposentadoria por Invalidez.

II. aos beneficiários:

- Complementação de Pensão por Morte.

b. Plano de Contribuição Definida - Energisa CD

O Plano Energisa de contribuição definida, tem os benefícios de riscos totalmente repassados para uma seguradora, é reconhecido como plano de benefício pós-emprego e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício definido no âmbito do CPC 33.

A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício foi de R\$461 (R\$429 em 2021).

c. Migração entre planos

Em 2022 e 2021 foram realizados movimentos de migração de participantes do Plano Borborema para o Plano Energisa de Contribuição Definida - Energisa CD, com 100% de adesão. Esse processo foi autorizado pela PREVIC, através da Portaria nº 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em duas tranches, sendo elas em dezembro/2020 e julho/2021. Não existem mais participantes no Plano Borborema. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Plano	1° Tranche		2° Tranche		Acumulado	
	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido	Ativo	Assistido
Borborema	95%	46%	5%	54%	100%	100%

32.2. Situação financeira dos planos de benefícios definidos - avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2022, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2022	2021
Ativos	150	116
Assistidos	17	17
BPD	2	1

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

32.3. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- **Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.
- **Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

O saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) foi de R\$138 (R\$161 em 2021), tendo sido apurado no exercício o montante de R\$23 (R\$156 em 2021) dos quais R\$1 em 2021 foi registrado na rubrica benefícios pós emprego - despesa de pessoal, R\$16 em 2022 em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de, R\$39 (R\$155 em 2021) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos, no patrimônio líquido.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.169 (R\$1.051 em 2021). Inclui R\$1 em 2021, referente a cálculo atuarial do plano de saúde.

Abaixo apresentado a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2022	2021
Valor presente da obrigação no início do ano	161	5
Custo do serviço corrente bruto	-	1
Juros sobre obrigação atuarial	16	-
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(39)	155
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>138</u>	<u>161</u>
Circulante	17	16
Não circulante	121	145

Demonstração das despesas para o exercício de 2023, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2023
Custo do serviço corrente	1
Juros sobre as obrigações atuariais	16
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>17</u>

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2022	2021
Variáveis Econômicas		
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,26%	5,31%
Expectativa real de inflação futura	5,00%	4,50%
Taxa de desconto da obrigação atuarial	11,57%	10,05%
Taxa de crescimento de benefícios	5,00%	4,50%

Taxa real de crescimento de custos médicos	4,00%	4,00%
Taxa de crescimento de custos médicos	9,20%	8,68%
Taxa de Rotatividade	8,50%	8,50%
Permanência no plano de aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de envelhecimento	3,00%	Nulo

Tábuas Biométricas

Tábua de mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

33. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia (*)					
Vigência	2023	2024	2025	2026	Após 2026
2023 a 2055	104.831	99.827	93.676	87.676	1.250.933

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 31 de dezembro de 2022 e foram homologados pela ANEEL.

34. Meio ambiente (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Nas Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado, e quando necessário, o Estudo Fitossociológico. Também apresenta as possíveis e eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.
2. Nas construções das linhas de distribuição de alta tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS são elaborados estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais. São instalados nas subestações proteção para evitar o contato acidental de animais e consequentemente sua morte.
3. Na operacionalização do Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança: prevê a implementação de uma ferramenta compatível com as normas ISO 14.001, e Legislação pertinentes, capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança.
4. Na realização de padronização de procedimentos operacionais, instruções técnicas e normas de distribuição e transmissão unificadas, englobando todas as atividades da Gerência Técnica Corporativa da Distribuição em consonância com o Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança, com apoio da área de meio ambiente da Companhia.
5. Na realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.

6. Na disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma o acondicionamento e regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, bem como a disponibilização de papas-lâmpada, pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinarmos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas.
7. No desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
8. No Projeto 8 Verde, projeto de meio ambiente voltado para conscientização ambiental da população com foco na distribuição de mudas, disciplinando a correta maneira de plantio e distribuição de cartilhas sobre arborização.
9. No tocante a convênio firmamos acordo com a SBAU - Sociedade de Arborização urbana objetivando a disseminação socioambiental e a gestão da arborização no estado da Paraíba.
10. Na contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida.
11. Na atuação junto ao poder público municipal e estadual para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores bem como o uso de redes protegidas e isoladas na construção das nossas redes.

Em 2022, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$6.328 (R\$5.688 em 2021), sendo R\$5.842 (R\$5.219 em 2021) alocados no ativo intangível e R\$486 (R\$469 em 2021) em custos e despesas operacionais.

(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

35. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2022 e 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2022	2021
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	13.516	9.309
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	6.297	12.450
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	1.839	1.891
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	(347)
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	1.839	1.891
Intangível - CPC 06 (R2)	-	(347)

36. Eventos subsequentes

36.1 Bandeira tarifária

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

36.1 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

36.3 Empréstimos Contratados

Em 09 de março 2023 a companhia captou junto ao Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo a importância de R\$20.000, correspondente a USD3.849 dólares americanos, com remuneração de 5,365 ao ano, com vencimento em 09 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,57% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

36.4 Aprovação de dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$ 13.072, equivalentes a R\$ R\$44,62839040827 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 17 de março de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2023.

Declaração dos Diretores da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Campina grande, 16 de março de 2023.

Márcio Mario Zidan
Diretor Presidente

Jairo Kennedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador - CRC MG 042523/O-7 “S” PB

**Declaração dos Diretores da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”)
sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Campina grande, 16 de março de 2023.

Márcio Mario Zidan
Diretor Presidente

Jairo Kennedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador - CRC MG 042523/O-7 “S” PB

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Presidente

Ricardo Perez Botelho
Vice-Presidente

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Maurício Perez Botelho
Suplente

Diretoria Executiva

Marcio Mario Zidan
Diretor Presidente

Jairo Kennedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial

Mauricio Perez Botelho
Diretor Financeiro

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Vicente Cortes de Carvalho
Contador
CRC-MG 042523/O-7 “S” PB

Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 16 de março de 2022, sem modificação de opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4